

RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.525 - SP (2016/0072420-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S A
ADVOGADO : ALEXANDRE TAJRA - ADMINISTRADOR JUDICIAL - SP077624

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, em 03/02/2011, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - FALÊNCIA - HABILITAÇÃO DE CRÉDITO - Contribuição previdenciária. Exclusão da verba relativa à cota do empregado. Irresignação da União Federal. Não acolhimento. O desconto decorre logicamente do pagamento da remuneração do empregado, sem o qual não há crédito em favor da União oponível à massa falida. Adoção do parecer do perito contador fundado no art. 46 da Lei 8.541/92. Entendimento consolidado das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial desta Corte. - AGRAVO DESPROVIDO" (fl. 93e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejado com apoio na alínea **a** do permissivo constitucional, ofensa aos arts. 97, VII, 108, I, 114, 116, 186 e 187 do CTN, 83, III, da Lei 11.101/2005, 11, parágrafo único, **a**, 12, I, e 30, **caput**, I, **b**, da Lei nº 8.212/91.

Sustenta, a parte recorrente, em breve síntese, que:

"Ao contrário das razões de fato e de direito expostas no Acórdão recorrido, legislação de regência não tem o condão de cindir para fins de habilitação a Contribuição Previdenciária – CRÉDITO TRIBUTÁRIO – a ponto da Contribuição Patronal e do Empregado – CRÉDITO TRIBUTÁRIO – ter tratamento diferenciado, até porque, repitam-se, 'quanto aos privilégios, estipula o artigo 83 da Lei de Falência e Recuperação Judicial nº 11.101/05 que, no que toca a classificação dos créditos na falência, terão preferência os tributários, INDEPENDENTEMENTE DE SUA NATUREZA E TEMPO DE CONSTITUIÇÃO'" (fl. 109e).

Requer, por fim, "seja retificado o v. Acórdão objeto do presente Recurso Especial, com o fito da Contribuição Previdenciária do(s) Empregado(s) descrita nos documentos que instruíram o TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL ser classificada contabilmente como 'CRÉDITO TRIBUTÁRIO PRIVILEGIADO' (LEI 11.101/2005,

ART. 83, III) perante a Massa Falida, pois, esta Recorrente não se conforma com a decisão agravada e o Acórdão aqui recorrido, visto que vão de encontro às provas nos autos e à legislação de regência. 'In casu' a legislação de regência, inexorável, foi vilipendiada no decisum que infligiu 'direito contra legem'. A decisão judicial ora recorrida trata portanto de uma relação de direito inaplicável à espécie, totalmente estranha ao direito público indisponível da União em fazer valer a legislação aplicável à espécie; fato é que a Contribuição Previdenciária acima ressaltada deve ser habilitada e classificada contabilmente perante o Quadro de Credores da Massa Falida como crédito tributário privilegiado" (fl. 114e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial admitido (fls. 127/128e).

O recurso merece prosperar.

Orienta-se a jurisprudência do STJ no sentido de que a habilitação de crédito tributário em falência, concernente a débito de contribuição previdenciária, pode ser efetuado tanto em relação à quota do empregador quanto à do empregado:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ART. 1.022 DO CPC/2015. OFENSA NÃO CONFIGURADA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDA PELO EMPREGADO CONSTITUÍDA EM SENTENÇA TRABALHISTA. FALÊNCIA. HABILITAÇÃO COMO CRÉDITO PRIVILEGIADO.

1. No tocante à alegada afronta ao art. 966, a recorrente restringe-se a alegar genericamente ofensa à citada norma sem, contudo, demonstrar de forma clara e fundamentada como o aresto recorrido teria violado a legislação federal apontada, a qual, ademais, sequer tem pertinência com a matéria discutida nos autos. Incide na espécie, por analogia, o princípio estabelecido na Súmula 284/STF.

2. No que concerne à citada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, a irresignação não merece prosperar, eis que NEM sequer foram opostos Embargos de Declaração no feito em análise, de sorte que descabida a afirmação de inexistência de prestação jurisdicional.

3. **O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a Fazenda Pública pode habilitar, na falência, o crédito tributário relativo à contribuição previdenciária constituída em sentença trabalhista e devida tanto pelo empregador quanto pelo empregado.**

4. **A natureza jurídica da contribuição previdenciária do empregado e sua condição de crédito privilegiado não mudam por tal tributo ter sido constituído em sentença trabalhista, pois seu (contribuição previdenciária) fato gerador é a prestação de serviços e não seu efetivo pagamento.**

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido"

(STJ, REsp 1.732.061/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/11/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial fazendário, para determinar a habilitação do referido crédito tributário na falência.

Sem honorários. Decisão interlocutória.

I.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora

